

DIREITO CONSTITUCIONAL

01. Atualmente, a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará possui 46 deputados estaduais em sua composição. Isso quer dizer que, segundo as regras estabelecidas pela Constituição Federal acerca da composição das casas do Poder Legislativo, a bancada do Estado do Ceará na Câmara dos Deputados do Congresso Nacional é composta por:

- (A) 18 deputados federais.
- (B) 20 deputados federais.
- (C) 22 deputados federais.
- (D) 24 deputados federais.

02. Acerca da jurisprudência dos tribunais superiores sobre direitos fundamentais, assinale a alternativa correta.

- (A) É constitucional lei estadual que reserva 80% das vagas do vestibular da universidade estadual para estudantes que tiverem cursado o Ensino Médio integralmente em escolas públicas no Estado.
- (B) É constitucional lei estadual que autoriza o cômputo de gastos previdenciários como despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino.
- (C) É constitucional norma estadual que restringe o conceito de pessoas com deficiência (PcD), a fim de adequá-lo às peculiaridades regionais.
- (D) É constitucional lei estadual que prevê a reserva de assentos especiais a serem utilizados por pessoas obesas.

03. Conforme a Constituição Federal, de 1988, incluem-se entre os bens dos Estados:

- (A) as ilhas fluviais e lacustres não pertencentes à União.
- (B) os recursos minerais, inclusive os do subsolo.
- (C) as cavidades naturais subterrâneas.
- (D) os sítios arqueológicos e pré-históricos.

04. Prevista no Artigo 97, da Constituição Federal, de 1988, a cláusula de reserva de plenário estabelece uma regra especial de votação para a declaração de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público pelos tribunais. Segundo essa regra, a declaração de inconstitucionalidade só poderá tomar lugar pelo voto da:

- (A) maioria simples dos membros do Plenário ou do órgão especial do Tribunal.
- (B) maioria absoluta dos membros do Plenário ou do órgão especial do Tribunal.
- (C) 3/5 dos membros do Plenário ou do órgão especial do Tribunal.
- (D) 2/3 dos membros do Plenário ou do órgão especial do Tribunal.

05. Virgínia, professora de escola pública no município de Fortaleza, pretende se candidatar ao cargo de vereadora nas vindouras eleições municipais. Caso seja eleita, de acordo com as regras constitucionais referentes à acumulação de cargos públicos, ela:

- (A) deverá pedir exoneração do cargo de professora para exercer o mandato.
- (B) deverá pedir afastamento do cargo de professora, enquanto exerce o mandato.
- (C) poderá acumular os cargos caso haja compatibilidade de horários, porém deverá optar pela maior remuneração.
- (D) poderá acumular os cargos caso haja compatibilidade de horários e acumular também as remunerações.

DIREITO ADMINISTRATIVO

06. Acerca do Poder de Polícia, assinale a alternativa verdadeira.

- (A) Haja vista que engloba atividade própria do Estado, o poder de polícia não pode ser delegado a entidades paraestatais.
- (B) Diferentemente da Polícia Judiciária, a Polícia Administrativa tem caráter exclusivamente preventivo.
- (C) O Poder de Polícia é caracterizado como vinculado, de modo que a Administração Pública não se pode utilizar de discricionariedade para praticar atos de fiscalização.
- (D) De acordo com a Súmula nº 645, do Supremo Tribunal Federal (STF), o Município é competente para fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial, neste rol não se incluindo o horário bancário.

07. Marque a opção certa.

- (A) Considerando o ato administrativo como a exteriorização da vontade de agentes da Administração Pública, não pode o mesmo ser praticado por agentes de entidades que não integram a estrutura do Estado.
- (B) Uma vez que se encontram sujeitos ao regime jurídico de direito público, o direito privado só se aplica aos atos administrativos supletivamente, valendo a mesma lógica para os atos da Administração.
- (C) Ao contrário do que acontece na esfera privada, o silêncio da Administração Pública não significa, por si só, a prática de ato administrativo como ausência de manifestação de vontade, não gerando, assim, repercussão no mundo jurídico, exceto quando a lei determina expressamente a consequência de tal omissão.
- (D) De acordo com a legislação, a inexistência dos motivos se verifica quando a matéria de fato ou de direito em que se fundamenta o ato administrativo é materialmente inexistente, não importando a congruência entre o motivo e o resultado do ato.

08. Aponte o item correto a respeito do tema que envolve a Administração Pública (organização - pessoas administrativas).

- (A) Uma vez que atuam em cooperação com o Estado, as entidades ligadas aos serviços sociais autônomos prestam inegável serviço de utilidade pública e se sujeitam ao controle direto ou indireto do Poder Público, condição que as leva a integrar a Administração Indireta.
- (B) No caso dos serviços sociais autônomos, entende o Tribunal de Contas da União (TCU) que, por se tratar de pessoa jurídica controlada direta ou indiretamente pela União, ficam subordinados ao regime jurídico da lei de licitações e contratos.
- (C) O Serviço Social do Comércio (SESC) é exemplo de entidade que exerce atividades que produzem benefício para categorias profissionais e cujos recursos financeiros de que dispõem para tanto são oriundos de contribuições parafiscais, razão pela qual a lei lhe impõe a natureza de pessoa jurídica de direito público.
- (D) Segundo o entendimento sumulado do Supremo Tribunal Federal (STF), embora o Serviço Social da Indústria (SESI) seja controlado pela União, está o mesmo sujeito à jurisdição da Justiça Estadual.

- 09.** Indique a opção verdadeira.
- (A) Entende o Supremo Tribunal Federal (STF) que, em se tratando de dano causado por magistrado no exercício da função jurisdicional, a ação indenizatória pode ser ajuizada diretamente em face do próprio magistrado e da respectiva pessoa jurídica de direito público.
- (B) Considerando a prevalência da inversão do ônus da prova em face dos pressupostos da responsabilidade objetiva do Estado, ao mesmo cabe tão somente defender-se provando a inexistência do fato administrativo, a inexistência de dano ou a ausência denexo causal entre o fato e o dano.
- (C) O prejuízo decorrente de danos causados pelo Estado em razão de lei inconstitucional só deve ser indenizado pela Administração Pública quando o vício na edição da norma for reconhecido por meio de controle concentrado.
- (D) O prazo de prescrição de 05 (cinco) anos para pleitear a reparação de danos fica limitado às pessoas jurídicas de direito público, não alcançando as pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público.
- 10.** Assinale o item correto.
- (A) Os cargos vitalícios, a exemplo do que acontece com os magistrados e os membros do Ministério Público, também podem ser instituídos por estados-membros e municípios, desde que estes o façam através de lei.
- (B) A despeito de nossa Constituição Cidadã vedar a acumulação de cargo apenas quando esta se dá de forma remunerada, entende o Supremo Tribunal Federal (STF) que a vedação também se estabelece quando envolve licença sem remuneração de cargo.
- (C) Se ao servidor de cargo efetivo a Constituição Federal só permite sua admissão no serviço público mediante aprovação em concurso público de provas (ou provas e títulos), ao servidor temporário a Carta Magna determina como única forma de ingresso o processo seletivo simplificado, aí não se incluindo a modalidade de análise curricular.
- (D) Uma vez que os cargos de provimento em comissão são declarados pela Constituição Federal como de livre nomeação e exoneração, não podem os entes federativos realizar processo seletivo com o objetivo de recrutar profissionais da área de formação respectiva exigida em lei.
- 11.** Aponte a opção verdadeira quanto aos bens públicos.
- (A) Uma vez pertencentes a entidades que integram a Administração Pública Indireta, especificamente no caso de empresas públicas e sociedades de economia mista, os bens correspondentes são considerados públicos.
- (B) Consideram-se bens de uso especial aqueles pertencentes às pessoas jurídicas a que se tenha dado estrutura de direito privado.
- (C) Embora não exista referência expressa na Constituição Federal de 1988, a plataforma continental constitui exemplo de bem público da União.
- (D) Pelo princípio da simetria, uma vez que, em regra, os bens públicos não podem ser objeto de usucapião, fica o Estado impedido de se beneficiar deste instituto com o propósito de adquirir a propriedade de bens privados.
- 12.** O novo estatuto de licitações e contratos trouxe dispositivo com princípios até então não previstos na norma de regência do tema. Marque a resposta que contém exemplo destes postulados.
- (A) Impessoalidade, moralidade e igualdade.
- (B) Probidade administrativa, planejamento e vinculação ao instrumento convocatório.
- (C) Legalidade, julgamento objetivo e publicidade.
- (D) Moralidade, probidade administrativa e efetividade.
- 13.** Assinale o item com a proposição verdadeira, especificamente no que diz respeito aos objetivos do processo licitatório, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021.
- (A) Assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao pragmatismo para a contratação do objeto.
- (B) Assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, salvo quando a celeridade for mais benéfica para o interesse público.
- (C) Evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos.
- (D) Promover a inovação e exigir o desenvolvimento nacional sustentável.
- 14.** A respeito do processo legislativo, de acordo com o previsto na Lei Orgânica do Município de Fortaleza, identifique a assertiva correta.
- (A) O processo legislativo compreende a elaboração de emendas à Lei Orgânica, leis ordinárias, resoluções e indicação.
- (B) Se o prefeito considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á, total ou parcialmente, no prazo de 15 (quinze) dias.
- (C) A iniciativa das leis complementares exclusivamente a qualquer vereador e ao prefeito.
- (D) As deliberações da Câmara serão tomadas por maioria simples de votos, presente a maioria relativa de seus membros.
- 15.** Levando em conta as disposições da Lei Orgânica da Procuradoria-Geral do Município de Fortaleza, marque a opção correta.
- (A) Os pareceres da Procuradoria-Geral do Município serão obrigatoriamente submetidos à aprovação do Chefe do Poder Executivo, quando se destinarem a ter efeitos normativos em relação especificamente aos órgãos da Administração Pública Municipal direta.
- (B) O alcance dos efeitos normativos dos pareceres emitidos pela Procuradoria-Geral do Município só terá vigência após a publicação das respectivas ementas no Diário Oficial do Município.
- (C) Os pareceres proferidos pelos Procuradores do Município poderão ser desaprovados mediante despacho fundamentado do Procurador-Geral do Município, os quais só poderão ser reapreciados mediante determinação expressa do Chefe do Poder Executivo.
- (D) Os assessores jurídicos da Administração Direta e Indireta, ainda que, neste último caso, a entidade disponha de procuradoria própria, são vinculados tecnicamente à Procuradoria-Geral do Município.

DIREITO TRIBUTÁRIO

- 16.** A respeito da Lei Federal nº 6.830/1980 (Lei de Execução Fiscal), assinale a alternativa verdadeira.
- (A) A execução fiscal poderá ser promovida, dentre outros, contra o devedor, o fiador, o espólio, a massa e o responsável, nos termos da lei, por dívidas, tributárias ou não, de pessoas físicas ou pessoas jurídicas de direito público ou privado.
 - (B) O inventariante, no caso de inventário, se, antes de garantidos os créditos da Fazenda Pública, alienar quaisquer dos bens administrados, responde, subsidiariamente, pelo valor desses bens, salvo se a alienação for judicialmente autorizada.
 - (C) A inscrição da dívida ativa será feita pelo órgão competente para apurar a liquidez e certeza do crédito e suspenderá a prescrição, para todos os fins de direito, por 90 dias, ou até a distribuição da execução fiscal, se esta ocorrer antes de findo aquele prazo.
 - (D) A discussão judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública só é admissível em execução, na forma da Lei de Execução Fiscal, salvo as hipóteses de mandado de segurança, ação de repetição do indébito ou ação anulatória do ato declarativo da dívida.
- 17.** Marque a opção certa, ainda tendo por base as disposições constantes da Lei de Execução Fiscal.
- (A) A citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, na data da juntada da carta aos autos do processo.
 - (B) O executado ausente do País será citado por edital, com prazo de 60 (sessenta) dias.
 - (C) Se o aviso de recepção não retornar no prazo de 10 (dez) dias da entrega da carta à agência postal, a citação será feita por Oficial de Justiça ou por edital.
 - (D) O edital de citação será afixado na sede do Juízo, com o prazo de 60 (sessenta) dias.
- 18.** Aponte o item correto acerca do tema que envolve a transação tributária.
- (A) A transação implica no encerramento do litígio através de ato do sujeito passivo que reconhece a legitimidade do crédito tributário, independentemente de concessão da Fazenda Pública.
 - (B) Os procuradores das pessoas de direito público, na condição de representantes do Poder Público, podem se responsabilizar pela expedição de autorização para celebrar a transação.
 - (C) Embora tenha efeito meramente declaratório, a transação, no caso de parcelamento da dívida fiscal, depende da existência de ato jurídico subjacente à própria concessão, também autorizado por lei.
 - (D) Se a discussão sobre o crédito tributário já se tiver projetado para a esfera judicial, a transação consistirá no reconhecimento pelo sujeito passivo da liquidez e da certeza do direito da Fazenda, independentemente da renúncia à interposição de recurso.
- 19.** Marque a opção certa com relação ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS).
- (A) Com previsão constitucional, os impostos sobre serviços de qualquer natureza dependem da edição de lei que enumere as hipóteses sobre as quais pode incidir a tributação.
 - (B) Apesar de taxativo, o rol de serviços sobre o qual pode incidir o ISS admite a aplicação de interpretação extensiva em face dos itens genéricos da listagem consignada na norma.
 - (C) O tributo em questão incide sobre o serviço enquanto objeto de circulação econômica, que só se caracteriza com a lucratividade, independentemente se o serviço for prestado apenas casualmente.
 - (D) Em razão do seu caráter residual, os impostos sobre serviços de qualquer natureza são considerados devidos, em regra, no Município em que efetivamente é prestado o serviço.
- 20.** Assinale o item correto quanto à obrigação tributária.
- (A) A autoridade administrativa poderá desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária.
 - (B) A autoridade administrativa pode recusar o domicílio eleito, quando impossibilite ou dificulte a arrecadação ou a fiscalização do tributo.
 - (C) As pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal respondem subsidiariamente pela obrigação.
 - (D) A interrupção da prescrição, em favor ou contra um dos obrigados, não favorece os demais.
- 21.** Aponte a opção verdadeira quanto à competência dos municípios para instituir impostos.
- (A) Sem prejuízo da progressividade no tempo, o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana deverá ser progressivo em razão do valor do imóvel e ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel.
 - (B) O imposto sobre transmissão intervivos não incide sobre a transmissão de bens ou direitos decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, inclusive se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.
 - (C) O imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana não incide sobre templos de qualquer culto, ainda que as entidades religiosas, incluindo suas organizações assistenciais e beneficentes, sejam apenas locatárias do bem imóvel.
 - (D) Diferentemente do que ocorre com a regulação da forma e das condições de concessão e revogação de isenções e incentivos referentes ao imposto sobre serviços de qualquer natureza (caso em que se exige a edição de lei complementar), a fixação das alíquotas máxima e mínima do referido tributo é objeto de lei ordinária.

22. No que diz respeito à repartição das receitas tributárias, indique a opção correta.

- (A) Pertence aos municípios o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza sobre rendimentos, a qualquer título, pagos por eles, suas autarquias e fundações e pelas empresas públicas que instituírem.
- (B) 50% (cinquenta por cento) do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural pertencem aos municípios, relativamente aos imóveis neles situados, inclusive no caso em que ficarem responsáveis pela fiscalização e arrecadação.
- (C) É vedada a retenção ou restrição à entrega e ao emprego dos recursos oriundos de arrecadação tributária atribuídos aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, com exceção daqueles decorrentes de adicionais e acréscimos relativos a impostos.
- (D) Os convênios de qualquer espécie firmados pela União com os entes federativos conterão cláusulas para autorizar a dedução dos valores devidos dos montantes a serem repassados relacionados às respectivas cotas nos Fundos de Participação.

23. Assinale o item com a proposição verdadeira, especificamente com relação ao crédito tributário.

- (A) A lei pode atribuir de modo expresso a responsabilidade pelo crédito tributário à terceira pessoa, ainda que não vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação.
- (B) O crédito tributário é constituído pelo lançamento, assim entendido como procedimento administrativo de caráter vinculado e obrigatório, sob pena de responsabilidade funcional, tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente.
- (C) Configuram hipóteses de suspensão do crédito tributário a moratória, o depósito do seu montante integral, as reclamações e os recursos, a concessão de medida liminar em mandado de segurança e o parcelamento, inclusive com a dispensa do cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal.
- (D) A inexistência da lei específica sobre as condições de parcelamento dos créditos tributários do devedor em recuperação judicial importa na aplicação das leis gerais de parcelamento do ente da Federação ao referido devedor, podendo, neste caso, ser o prazo de parcelamento inferior ao concedido pela lei federal específica.

24. A respeito da compensação tributária, de acordo com o previsto no Código Tributário Nacional, identifique a assertiva correta.

- (A) A lei pode facultar, nas condições que estabeleça, aos sujeitos ativo e passivo da obrigação tributária celebrar compensação que, mediante concessões mútuas, importe em determinação de litígio e conseqüente extinção de crédito tributário.
- (B) É permitida a compensação mediante o aproveitamento de tributo, objeto de contestação judicial pelo sujeito passivo, antes do trânsito em julgado da respectiva decisão judicial, em benefício do contribuinte.

- (C) Da mesma forma que ocorre no direito privado, a compensação no direito tributário, baseada em legislação específica, dá-se no interesse do devedor, ainda que sem a anuência da Fazenda Pública.
- (D) Por lei, a autoridade administrativa fica limitada a autorizar a compensação de créditos tributários com créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos, do sujeito passivo contra a Fazenda Pública.

25. Aponte a alternativa verdadeira.

- (A) Apesar de não poder ter base de cálculo ou fato gerador idênticos aos que correspondam a imposto, a taxa pode ser calculada em função do capital das empresas.
- (B) Os impostos indiretos repercutem economicamente sobre terceira pessoa, são instantâneos e o seu lançamento é feito pela própria Fazenda Pública, por avaliação.
- (C) A União, mediante lei, poderá instituir empréstimos compulsórios para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública ou de guerra externa.
- (D) As contribuições de intervenção no domínio econômico de que trata a Constituição Federal de 1988 incidirão também sobre a importação de produtos estrangeiros.

DIREITO CIVIL

26. O ordenamento jurídico brasileiro prevê algumas hipóteses em que a incapacidade civil absoluta pode cessar antes de atingida a maioridade. Dentre essas hipóteses, a emancipação pode se dar:

- (A) pela concessão dos pais, desde que homologado pelo Poder Judiciário.
- (B) pela aprovação em concurso público.
- (C) pela existência de relação de emprego por meio da qual o menor tenha economia própria.
- (D) pela comprovação de conclusão do Ensino Médio.

27. “Consiste na união de pessoas que se organizam para fins não econômicos. As pessoas que a integram não possuem direitos e obrigações recíprocos, e seus membros devem ter iguais direitos, porém o estatuto poderá instituir categorias com vantagens especiais.”

As afirmações acima fazem referência a uma modalidade de pessoa jurídica prevista no Código Civil. Assinale a alternativa que aponta corretamente essa pessoa jurídica.

- (A) Associação.
- (B) Fundação.
- (C) Sociedade anônima.
- (D) Corporação.

28. Em relação às normas previstas na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, direcionadas à interpretação do direito público, é correto afirmar que:

- (A) na esfera controladora, é permitido decidir com base em valores jurídicos abstratos sem levar em conta as consequências práticas da decisão, mas não na esfera administrativa.
- (B) na esfera administrativa, é possível que mudança posterior de orientação geral declare inválidas situações plenamente constituídas, caso a orientação possua efeito cogente.
- (C) o agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo, culpa, abuso de direito ou erro grosseiro.
- (D) em qualquer órgão ou Poder, a edição de atos normativos por autoridade administrativa, salvo os de mera organização interna, poderá ser precedida de consulta pública, a qual será considerada na decisão.

29. Sobre o tema decadência no direito civil, assinale a alternativa correta.

- (A) Em regra, as causas suspensivas da prescrição se aplicam na mesma medida à decadência.
- (B) A renúncia à decadência fixada em lei é anulável se prejudicar a parte contrária.
- (C) Deve o juiz de ofício conhecer da decadência, quando estabelecida por lei.
- (D) O juiz pode suprir a alegação de decadência em primeiro grau de jurisdição, caso esta seja convencional.

30. Considere os conceitos a seguir, referentes ao parcelamento do solo urbano.

- I. Subdivisão de gleba em lotes destinados à edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes.
- II. Subdivisão de gleba em lotes destinados à edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, desde que não implique na abertura de novas vias e logradouros públicos nem no prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes.
- III. Terreno servido de infraestrutura básica cujas dimensões atendam aos índices urbanísticos definidos pelo Plano Diretor ou lei municipal para a zona em que se situe.

Os conceitos correspondem aos institutos:

- (A) I. Loteamento; II. Desmembramento; III. Lote.
- (B) I. Loteamento; II. Lote; III. Desmembramento.
- (C) I. Desmembramento; II. Loteamento; III. Lote.
- (D) I. Lote; II. Desmembramento; III. Loteamento.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

31. Analise os itens a seguir.

- I. Duração razoável do processo.
- II. Contraditório e ampla defesa.
- III. Proporcionalidade e razoabilidade.
- IV. Devido processo legal.

Estão previstos expressamente no texto constitucional, como direitos fundamentais arrolados no artigo 5º, apenas os princípios processuais previstos nos itens:

- (A) I, II e III.
- (B) II, III e IV.
- (C) I, III e IV.
- (D) I, II e IV.

32. Segundo as regras de delimitação de jurisdição estabelecidas pelo Código de Processo Civil de 2015, em um litígio cujo objeto seja o direito de propriedade de bem imóvel, qual foro será competente para julgar a lide?

- (A) Foro do domicílio do autor.
- (B) Foro do domicílio do réu.
- (C) Foro da situação da coisa.
- (D) Foro de eleição pelo autor.

33. Quanto ao litisconsórcio, assinale a alternativa verdadeira.

- (A) O litisconsórcio será unitário por disposição de lei ou quando, pela natureza da relação jurídica controvertida, a eficácia da sentença depender da citação de todos que devam ser litisconsortes.
- (B) O juiz poderá limitar o litisconsórcio facultativo quanto ao número de litigantes na fase de conhecimento, na liquidação de sentença ou na execução, quando este comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa ou o cumprimento da sentença.
- (C) O litisconsórcio será necessário quando, pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir o mérito de modo uniforme para todos os litisconsortes.
- (D) Os litisconsortes serão considerados, em suas relações com a parte adversa, como litigantes distintos, exceto no litisconsórcio unitário, caso em que os atos e as omissões de um prejudicarão os outros, mas não os poderão beneficiar.

34. Considere o caso abaixo.

Renan e Raissa ficaram noivos e alugaram um apartamento para iniciar sua vida conjugal. No contrato de locação, constam como fiadores, sem benefício de ordem, dois parentes dos noivos: Ricardo, pai de Renan, e Lívia, mãe de Raissa.

Por dificuldades financeiras, Renan e Raissa atrasaram as prestações de aluguel. Diante disso e ciente da situação financeira dos locatários, a locadora ingressou com ação judicial diretamente contra Lívia, uma das fiadoras do contrato.

Caso Lívia queira requerer o ingresso de Ricardo na demanda, posto que é também fiador do contrato, de qual modalidade de intervenção de terceiros deverá se valer?

- (A) Assistência simples.
- (B) Denúnciação da lide.
- (C) Chamamento ao processo.
- (D) Oposição.

35. “É uma convenção através da qual as partes, em um contrato, comprometem-se a submeter à arbitragem os litígios que possam vir a surgir, relativamente a tal contrato. Deve ser estipulada por escrito, podendo estar inserida no próprio contrato ou em documento apartado a que ele se refira.”

O texto acima faz referência a qual das espécies de convenção de arbitragem previstas na Lei nº 9.307/1996 (Lei da Arbitragem)?

- (A) Cláusula compromissória.
- (B) Compromisso arbitral.
- (C) Dispute board.
- (D) Protocolo de mediação.

36. Assinale a alternativa que aponta o momento em que, segundo o Código de Processo Civil de 2015, considera-se proposta a ação.

- (A) No momento do protocolo da petição inicial.
- (B) No momento do registro da petição inicial.
- (C) No momento da distribuição da petição inicial.
- (D) No momento da citação válida do réu.

37. O instituto da estabilização da tutela é aplicável:

- (A) a todos os tipos de tutela de urgência.
- (B) na tutela antecipada requerida em caráter antecedente.
- (C) na tutela cautelar requerida em caráter antecedente.
- (D) na tutela de evidência.

38. Dentre os efeitos da citação válida, incluem-se:

- (A) induzir litispendência e tornar litigiosa a coisa, mas não constituir em mora o devedor.
- (B) tornar litigiosa a coisa e constituir em mora o devedor, mas não induzir litispendência.
- (C) induzir litispendência e constituir em mora o devedor, mas não tornar litigiosa a coisa.
- (D) induzir litispendência, tornar litigiosa a coisa e constituir em mora o devedor.

39. O Município de Fortaleza, devidamente citado em uma ação cível que tratava de direito público indisponível, deixou transcorrer o prazo de resposta sem apresentar nenhuma defesa processual. Diante disso, o juiz decretou a revelia do ente público e julgou procedente o pedido, presumindo verdadeiras as alegações de fato formuladas na petição inicial.

No caso acima, a sentença do juiz:

- (A) foi correta, uma vez que, por não ter se defendido em juízo, o Município de Fortaleza deverá sofrer todos os efeitos da revelia.
- (B) foi incorreta, uma vez que, embora revel, o Município de Fortaleza deveria ter sido intimado para produzir provas antes da prolação da sentença.
- (C) foi incorreta, uma vez que, embora tenha havido revelia, o juiz não poderia presumir verdadeiras as alegações da petição inicial no caso.
- (D) foi incorreta, uma vez que o Município de Fortaleza não pode ser declarado revel em ação que trate de interesses públicos indisponíveis.

40. Inconformado com sentença proferida em desfavor da Fazenda Pública municipal em ação de reparação de danos, o Município de Fortaleza pretende interpor apelação. Nesse caso, o prazo que disporá para protocolar o recurso em juízo é de:

- (A) 5 dias.
- (B) 15 dias.
- (C) 30 dias.
- (D) 60 dias.

PROVA SUBJETIVA – QUESTÕES DISCURSIVAS

QUESTÃO DISCURSIVA 01

Disserte sobre o tema "Classificação das Constituições quanto ao conteúdo", abordando em seu texto os seguintes pontos.

- a) Qual a diferença entre uma Constituição formal e uma Constituição material?
- b) Qual o fundamento doutrinário (ex. concepção sociológica, jurídica, política etc.) que deu origem a essa classificação?
- c) Como se classificaria a Constituição brasileira de 1988 quanto ao conteúdo?

QUESTÃO DISCURSIVA 02

02. Disserte sobre o tema "conceito de tributo", abordando em seu texto os seguintes pontos.

- a) O que é um tributo segundo o Código Tributário Nacional? Que elementos caracterizam a definição legal de tributo?
- b) Quais espécies tributárias são reconhecidas pela Constituição brasileira de 1988? (Obs.: Não precisa descrever cada tributo, apenas nomeá-los).
- c) Como se denomina a teoria que fundamenta a definição das espécies tributárias pela Constituição? No que ela diverge da teoria adotada pelo CTN?

FOLHA DE RASCUNHO

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	

FOLHA DE RASCUNHO

41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	
61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	